

2. Pagamento de honorários no âmbito do Estatuto dos Eleitos Locais - Palmira Costa.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o pagamento dos honorários e outros encargos judiciais a Palmira Maciel Fernandes Da Costa, ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais no processo identificado nas informações do Serviço Jurídico, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: Pagamento de Honorário nos termos conjugados dos art. 21.º e 5.º, n.º 1, alínea o) do Estatuto dos Eleitos Locais - Dra. Palmira Costa

PROPOSTA:

Assunto: Pagamento de Honorário nos termos conjugados dos art. 21.º e 5.º, n.º 1, alínea o) do Estatuto dos Eleitos Locais

Objeto:

Palmira Maciel Fernandes da Costa – por requerimento recebido em 10 de julho de 2023, apresentado através do seu mandatário, Ex.mo Sr. Dr. Pedro Teles, e nos termos conjugados dos art. 21.º e 5.º, n.º 1, alínea o) do Estatuto dos Eleitos Locais (EEL), veio solicitar o pagamento dos honorários devidos aos Advogados que lhe prestaram assistência jurídica no Processo n.º 2119/19.5T8BRG, que correu termos no Juiz 1 do Juízo Central Cível de Barga do Tribunal Judicial da Comarca de Braga), em que foi interveniente acessória no exercício das suas funções de Vereador Municipal e que findou com a por transação. (juntou promoção do Ministério Público, despacho judicial, nota discriminativa de honorários, no valor de 3.690,00€)

Enquadramento Fático:

Alega a Dra. Palmira Maciel Fernandes da Costa que, no âmbito das suas funções e Vereadora Municipal, o Município requereu, tendo sido deferida, a sua intervenção acessória no Processo n.º 2119/19.5T8BRG, que correu termos no Juiz 1 do Juízo Central Cível de Barga do Tribunal Judicial da Comarca de Braga.

Mais alega que *tal intervenção acessória teve custos quer com despesas judiciais quer com os honorários do seu mandatário.*

Refere, ainda, que *as custas judiciais já foram integralmente devolvidas pelo Tribunal, pois entendeu este que era de aplicar o regime previsto no art. 4.º, n.º 1 alínea d) do Regulamento das Custas Processuais que isenta do pagamento de custas, entre outros, os eleitos locais, quando pessoalmente demandados em virtude do exercício das suas funções.*

Refere, por fim, que *é pacífico, até pela promoção do Digno Magistrado do Ministério Público e despacho exarado pelo Tribunal e que ordenou a devolução de custas pagas pelo requerente, que a demanda deste apenas se deveu ao exercício das suas funções enquanto eleito local, não tendo ficado “provado, quer o uso de dolo ou negligência por parte do ora requerente.*

A Requerente não junta sentença transitada em julgado

O Processo n.º 2119/19.5T8BRG encontra-se findo por sentença homologatória de transação.

A referida ação foi instaurada por Nobelwall Imobiliária, Lda. Contra o Município de Braga alegando esta que é proprietária do prédio destinado a indústria sito no Lugar de Alto de Quintela, Ferreiros, Braga, pedindo que seja a Entidade Demandada condenada:

1. a proceder, de imediato, à devolução do prédio;
2. ao pagamento dos danos patrimoniais emergentes dos danos causados no prédio;

3. ao pagamento das rendas pelo uso abusivo e não autorizado do prédio.

O Município veio requerer, tendo sido admitida, a intervenção acessória provocada de membros do executivo camarário ao tempo da posse do prédio em causa, designadamente a Dra. Palmira Maciel Fernandes da Costa.

Autora, Nobelwall Imobiliária, Lda., e Réu, Município de Braga, chegaram a acordo, celebrando transação, homologada por sentença judicial datada de 06 de dezembro de 2022, resolvendo os Autos nos seguintes termos:

1. A Autora reduz o pedido à quantia de €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), que o Réu se obriga a pagar no prazo de cinco dias a contar da homologação da presente transação;
2. A quantia em causa será paga por meio de transferência bancária para a conta bancária da Autora com o seguinte IBAN:
3. Com o recebimento da presente quantia a Autora declara nada mais ter a reclamar do Réu, seja a que título for, por referência ao objeto do processo.
4. As custas em dívida a juízo serão pagas na proporção de 50% pela Autora e 50% pelo Réu, prescindindo ambas de custas de parte e de procuradoria na parte disponível.
5. Os intervenientes prescindem de custas de parte e de procuradoria na parte disponível.
6. Autora e Réu renunciam ao direito de recurso da sentença homologatória.
7. As partes vêm ainda, pelo presente e atento o facto do presente processo ter sido resolvido por transação sem necessidade de realização de audiência de julgamento, requerer a dispensa do pagamento do remanescente da taxa de justiça, nos termos do disposto no n.º 7 do art. 6.º do RCP
8. **Os demais intervenientes nestes autos, protestam juntar requerimento onde prescindem de custas de parte** (negrito nosso)

Foi colhido parecer junto do Dr. Paulo Viana, mandatário do Município no Processo n.º 2119/19.5T8BRG.

Enquadramento Jurídico:

Estabelece o art. 5.º, n.º 1 do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual dada pela Lei n.º 24-D/22, de 30 de dezembro) que os eleitos locais têm o direito, nomeadamente, a apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respetivas funções.

Por sua vez, estabelece o art. 21.º do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua redação atual dada pela Lei n.º 24-D/22, de 30 de dezembro) que *Constituem encargos a suportar pelas autarquias respectivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respetivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos.*

Resulta daqui que são requisitos cumulativos para pagamento das despesas relativas aos processos judiciais:

- a) serem as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos sejam parte;
- b) que esses processos tenham como fundamento o exercício das respetivas funções autárquicas;
- c) não se prove dolo ou negligência.

Tratando-se de requisitos cumulativos, não se verificando um deles não haverá lugar ao pagamento dos honorários.

Vjamos,

a) serem as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos sejam parte;

O primeiro requisito é objetivo e de constatação simples, trata-se de um processo judicial, estando o mesmo melhor identificado no enquadramento fático e os honorários ora peticionados correspondem a este processo.

b) que esses processos tenham como fundamento o exercício das respetivas funções autárquicas;

Relativamente ao segundo requisito, deverá ser provada a existência de nexo causal entre as funções exercidas enquanto Vereador Municipal e o processo judicial no âmbito do qual se pretende o pagamento dos honorários.

Ora, a aqui requerente foi, ali, Interveniente Acessória, por solicitação do Município, por este ser, à data dos factos em causa, mais especificamente desde outubro de 2005, Vereadora do pelouro da Educação, tendo participado na cedência do imóvel da Autora.

Dúvidas não restam que a intervenção da Dra. Palmira Maciel Fernandes da Costa nos Autos teve como fundamento o exercício das respetivas funções autárquicas.

c) não se prove dolo ou negligência.

Por último, no terceiro requisito far-se-á a constatação do mesmo pelo teor da sentença ou acórdão transitados em julgado.

No caso em apreço foi celebrada pela Autora e Réu um acordo de transação que, homologado, pôs termo aos Autos.

Quanto a esta temática escreve a Dra. Maria José Castanheira Neves no parecer n.º DSAJAL 67/19 da CCDRC que *Nos casos em que não exista decisão judicial em sentido formal, por ter ocorrido acordo ou transação no decurso do processo judicial, por exemplo, parece-nos que a autarquia deve suportar as despesas com o processo, se este teve como fundamento o exercício das funções autárquicas, muito embora não tenha sido possível comprovar se existiu ou não dolo ou negligência, devendo aplicar-se o mesmo raciocínio no caso da prescrição de processos judiciais (cfr., entre outros, Paulo Braga e Fátima Dinis, Estatuto dos Eleitos Locais, Anotado, CEFA, Coimbra, 2002, pág. 73).*

Foi junta ao requerimento nota discriminativa de honorários na qual se peticiona:

Descrição	N.º Horas
Análise Petição Inicial e Contestação CMB	7
Elaboração Contestação	16
Requerimentos Diversos	5
Diligência Tentativa de Conciliação	1
Diligência de Julgamento	1
TOTAL	30 HORAS

TOTAL DE HORAS DO DOCUMENTO 30 horas
TOTAL DE HONORÁRIOS SEM IVA € 3.000,00
IVA € 690,00
TOTAL DE HONORÁRIOS COM IVA € 3.690,00

De acordo com o Regulamento dos Laudos de Honorários (Regulamento n.º 40/2005 OA (2.ª série), de 29 de Abril de 2005 / Ordem dos Advogados) *Entende-se por "honorários" a retribuição dos serviços profissionais prestados por advogado na prática de actos próprios da profissão.*

Determinado o art. 5.º do mesmo Regulamento, sob a *epígrafe* Da conta de honorários, que

Artigo 5.º

Da conta de honorários

- 1 - A conta de honorários deve ser apresentada ao cliente por escrito, mencionar o IVA que for devido e ser assinada pelo advogado ou por ordem e responsabilidade do advogado ou da sociedade de advogados.
- 2 - Os honorários devem ser fixados em euros, sem prejuízo da indicação da sua correspondência com qualquer outra moeda.
- 3 - A conta deve enumerar e discriminar os serviços prestados.
- 4 - Os honorários devem ser separados das despesas e encargos, sendo todos os valores especificados e datados.
- 5 - A conta deve mencionar todas as provisões recebidas.
- 6 - O advogado não pode agravar a conta apresentada ao cliente no caso de não pagamento oportuno ou de cobrança judicial, embora possa, querendo, exigir a indemnização devida pela mora nos termos legais.

A nota discriminativa de honorários cumpre os requisitos formais.

Quanto ao montante de honorários peticionado, poderá o Município, se o assim entender, solicitar a emissão de laudo quanto ao valor dos mesmos, junto da Ordem dos Advogados, por força do n.º 2 do artigo 6º do Regulamento dos Laudos de Honorários:

Artigo 6.º

Legitimidade para pedir laudo

- 1 - O laudo sobre honorários pode ser solicitado pelos tribunais, por outros conselhos da Ordem e, em relação às respectivas contas, pelo advogado, ou seu representante ou sucessor, pelas sociedades de advogados, ou pelo constituinte ou consulente, ou seus representantes ou sucessores.
- 2 - Pode ainda solicitar laudo quem, nos termos legais ou contratuais, seja responsável pelo pagamento dos honorários do advogado.

Parecer do Mandatário do Município:

Entende o Dr. Paulo Viana, no âmbito do parecer que lhe foi solicitado enquanto mandatário no Município no processo judicial em causa (*cfr.* e-mail registado no Processo n.º 2023/100.20.001/5 em MGD), que assiste razão aos requerentes, salientando o parecer n.º 81/2007 da Procuradoria Geral da República, publicado em 09 de outubro de 2009, com as seguintes conclusões:

- 1. O apoio a conceder aos eleitos locais pelas respectivas autarquias, nos termos dos artigos 5.º, n.º 1, alínea o) e 21.º, ambos da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, depende da verificação cumulativa de dois pressupostos: por um lado, que o acto que deu origem ao processo judicial e às inerentes despesas tenha sido praticado pelo eleito local no exercício das suas funções e por causa delas, e, por outro, que não se prove que esse acto foi praticado com dolo ou negligência;*
- 2. O apoio referido na conclusão anterior abrange as despesas relativas aos processos criminais em que os eleitos locais sejam arguidos;*
- 3. Só após a decisão final poderá apurar-se se estão preenchidos os pressupostos de que depende a concessão do apoio, pelo que só então deverá ser proferida a respectiva decisão.*

Salienta, também, que no acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 21 de maio de 1996 (recurso 38205) se entendeu que:

O apoio judiciário previsto naquelas disposições abrange as despesas a que o eleito local seja obrigado por virtude de intervenção em processo judicial em que seja parte, incluindo as custas judiciais e os honorários do mandatário judicial, e tem como pressuposto que o processo se reporte a ato funcional que não lhe possa ser imputado a título de dolo ou negligência.

Entende, ainda, que embora não se tenha provado que atuaram com dolo ou com negligência, certo é que tal aconteceu porque não se efetuou julgamento, não sendo menos certo que não se poderá prejudicar os requerentes por tal circunstância.

Terminando o referido parecer a concluir: *Em suma, entendo que deve ser deferida a pretensão dos dois ex-Vereadores.*

Quanto ao montante dos honorários peticionados entende o Dr. Paulo Viana que o n.º de horas é razoável e o valor hora está *perfeitamente dentro do normal.*

Conclusão:

Atenta a factualidade e as questões de direito supra expostas, subscrevemos a posição do Mandatário do Município, Dr. Paulo Viana, entendendo que estão cumpridos os requisitos previstos no art. 21.º do Estatuto dos Eleitos Locais, pelo que será de atender à pretensão da Requerente.

Do mesmo modo, encontram-se preenchidos os requisitos formais relativamente à emissão da nota de honorários, sendo o valor peticionado razoável e dentro da norma no que respeita aos valores praticados habitualmente pelos mandatários.

Sem prejuízo de, entendendo, poder o Município solicitar a emissão de laudo quanto ao valor dos honorários, junto da Ordem dos Advogados, por força do n.º 2 do artigo 6º do Regulamento dos Laudos de Honorários.

Certo é, porém, que o mandatário do Município, no processo em causa, **Advogado**, o Ex.mo Dr. Paulo Viana, já emitiu parecer, no sentido que estes **são perfeitamente ajustados**, o que não pode deixar de se atender na decisão que vier a ser tomada.

PROPOSTA:

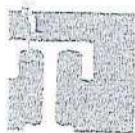
Submetemos para apreciação do Sr. Presidente, devendo, em caso de concordância de V. Exa., ser submetida ao Executivo Municipal para deliberar e aprovar:

1. O direito ao pagamento dos honorários;
2. O montante dos honorários requeridos, no valor de €3.690,00 (três mil seiscentos e noventa euros).

A Técnica

Anexos:

- 1) Requerimento de pagamento de Honorário nos termos conjugados dos art. 21.º e 5.º, n.º 1, alínea o) do Estatuto dos Eleitos Locais;
- 2) promoção do Ministério Público;
- 3) despacho judicial;
- 4) nota discriminativa de honorários, no valor de 3.690,00€;
- 5) acordo de transação e sentença homologatória.



Pedro
Teles
advogado

Balcão Único
Registo de entrada n.º <u>E/44837/1023</u>
Encaminhado para o serviço

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Braga

Dr. Ricardo Rio

Praça do Município

4700-435 Braga

Assunto: Processo n.º 2119/19.5T8BRG – Juízo Central Cível de Braga – Juiz 1
Tribunal Judicial da Comarca de Braga

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal:

PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA, antiga vereadora do Município de Braga e chamada no âmbito do processo identificado em epígrafe vem expor e requerer o seguinte:

A requerente foi vereadora do Município de Braga entre os anos de 2002 a 2017.

No âmbito das suas funções teve intervenção na matéria em discussão naqueles autos judiciais, sendo certo que no ano de 2001, ano em que foi cedido pela ali Autora ao Município de Braga, a requerente não era sequer vereadora, e apenas em 2005, em momento muito posterior ao abandono das instalações cedidas ao município, é que assumiu funções na área da Educação. Pelo que desconhecia em absoluto, até ter sido citada no âmbito dos autos suprarreferidos, a temática abordada na ação judicial.

Não obstante tal situação, na contestação que apresentou o Município, pediu, e foi deferida, a intervenção da ora requerente como interveniente acessória.

Ora tal intervenção acessória teve custos quer com despesas judiciais quer com os honorários do seu mandatário.

As custas judiciais já foram integralmente devolvidas pelo Tribunal, pois entendeu este que era de aplicar o regime previsto no art.º 4º, n.º 1 alínea d) do Regulamento das Custas Processuais que isenta do pagamento de custas, entre outros, os eleitos locais, quando pessoalmente demandados em virtude do exercício das suas funções.

Estabelece o art.º 21º do Estatuto dos Eleitos Locais que constituem encargos a suportar pelas respetivas autarquias as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respetivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos.

É pacífico, até pela promoção do Digno Magistrado do Ministério Público e despacho exarado pelo Tribunal e que ordenou a devolução de custas pagas pelo requerente, que a demanda deste apenas se deveu ao exercício das suas funções enquanto eleito local.

Mais não ficou provado, quer uso de dolo ou negligência por parte do ora requerente.

Assim, nos termos conjugados do art.º 21º e 5º, n.º 1 alínea o) do Estatuto dos Eleitos Locais, requer-se V. Exa. se digne ordenar o pagamento dos honorários discriminados no documento anexo.

Sem outro assunto de momento ficamos na expetativa das v. prezadas notícias,

JUNTA: promoção do MP e despacho judicial e nota discriminativa de honorários.

E.D.



Processo: 2119/19.5T8BRG
Referência: 182809004

Tribunal Judicial da Comarca de Braga
Juízo Central Cível de Braga - Juiz 1

Praça da Justiça
4719-004 Braga

Telef: 253081110 Fax: 253081259 Mail: braga.centralcivel@tribunais.org.pt

Ação de Processo Comum

Requerimento com a refª 13959302:

Considerando a tramitação havida nos presentes autos (em que se admitiu o chamamento de eleitos locais e estes tiveram que se defender como se contra eles um direito de regresso da Ré existisse !...)o MP nada opõe à devolução das taxas de justiça que pagaram, em nosso entender erradamente atento o disposto no artigo 4º nº 1 al. d) do RCP.

B, d.s.



Processo: 2119/19.5T8BRG
Referência: 182839698

Tribunal Judicial da Comarca de Braga
Juízo Central Cível de Braga - Juiz 1

Praça da Justiça
4719-004 Braga

Telef: 253081110 Fax: 253081259 Mail: braga.centralcivel@tribunais.org.pt

Ação de Processo Comum

*

Referências nº13959302 e 182809004:

Autorizo a requerida restituição das taxas de justiça que foram pagas pelos intervenientes atendendo ao disposto no art. 4º nº1 al. d) do Reg. das Custas Processuais e considerando a não oposição do Ministério Público.

Notifique.

*

Braga, d.s.

Manuel Eduardo Pinhanços Bianchi Machado de Sampaio
(Assinado Digitalmente)

NOTA DE DESPESAS E HONORÁRIOS

CLIENTE: PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA

Assunto: Ação de Processo Comum – Intervenção Acessória

Processo n.º 2119/19.5T8BRG – Juízo Central Cível de Braga – Juiz 1

Valor da ação: € 1.242.034,77 (um milhão duzentos e quarenta e dois mil e trinta e quatro euros e setenta e sete cêntimos)

Honorários:

Valor hora: 100,00 € + IVA

Descrição	N.º Horas
Análise Petição Inicial e Contestação CMB	7
Elaboração Contestação	16
Requerimentos Diversos	5
Diligência Tentativa de Conciliação	1
Diligência de Julgamento	1
TOTAL	30 HORAS

TOTAL DE HORAS DO DOCUMENTO 30 horas
TOTAL DE HONORÁRIOS SEM IVA..... € 3.000,00
IVA..... € 690,00
TOTAL DE HONORÁRIOS COM IVA..... € 3.690,00

O Advogado



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGA

JUIZO CENTRAL CÍVEL DE BRAGA - JUIZ 1

Proc. nº 2119/19:5T8BRG

Ação de processo comum

* *

Meritíssimo(a) JUIZ DE DIREITO:

NOBELWALL - IMOBILIÁRIA, LDA., na qualidade de Autora, e MUNICÍPIO DE BRAGA, na qualidade de Réu, vêm apresentar aos autos a seguinte transacção:

1. A Autora reduz o pedido à quantia de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), que o Réu se obriga a pagar no prazo de cinco dias a contar da homologação da presente transacção.
2. A quantia em causa será paga por meio de transferência bancária para conta bancária da Autora com o seguinte IBAN: PT50 0007 0566 0000 0730 0033 2
3. Com o recebimento da presente quantia a Autora declara nada mais ter a reclamar do Réu, seja a que título for, por referência ao objeto do processo.
4. As custas em dívida a juízo serão pagas na proporção de 50% pela Autora e 50% pelo Réu, prescindindo ambas de custas de partes e de procuradoria na parte disponível.
5. Os intervenientes prescindem de custas de partes e de procuradoria na parte disponível.
6. Autora e Réu renunciam ao direito de recurso da sentença homologatória.
7. As partes vêm ainda, pelo presente e atento o facto do presente processo ter sido resolvido por transacção sem necessidade de realização da audiência de julgamento, requerer a dispensa do pagamento do remanescente da taxa de justiça, nos termos do disposto no nº 7 do art. 6º do RCP



Tribunal Judicial da Comarca de Braga
Juízo Central Cível de Braga - Juiz 1

Praça da Justiça
4719-004 Braga
Telef: 253081110 Fax: 253081259 Mail: braga.centralcivel@tribunais.org.pt

Ação de Processo Comum

*

Dou sem efeito a data designada para audiência final.

*

Referências nº13846885 e 13846887:

Na presente acção declarativa com processo comum que NOBELWALL - IMOBILIÁRIA, LD^a intentou contra o MUNICÍPIO DE BRAGA e em que são intervenientes acessórios FRANCISCO SOARES MESQUITA MACHADO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA e PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA as partes celebraram transacção nos termos que antecedem.

Porque válida quanto ao objecto e às pessoas intervenientes homologo a transacção celebrada, decidindo pela presente sentença nos seus precisos termos (art. 290º nº3 do Cód. de Processo Civil).

*

Custas nos termos acordados.

*

Registe e notifique.

*

No que respeita à dispensa do pagamento do remanescente da taxa de justiça que foi requerida, deverão os autos ser apresentados ao Ministério Público.

*

Braga, d.s.

Manuel Eduardo Pinhanços Bianchi Machado de Sampaio
(Assinado Digitalmente)